



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 176/2023/SUPEL-ASTEC

À
Comissão de Licitações - CPLO

Tomada de Preços n. 015/2023/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0021.475774/2020-02

Interessada: Polícia Militar de Rondônia (PMRO).

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção do muro, da guarita e da calçada do quartel do 8º Batalhão de Polícia Militar. O quartel está localizado na Avenida Rua Marechal Rondon, 2578, no bairro Liberdade, Setor 03, CEP 76.890-000, em Jaru, Rondônia.

Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Versam os autos sobre procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a *Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção do muro, da guarita e da calçada do quartel do 8º Batalhão de Polícia Militar. O quartel está localizado na Avenida Rua Marechal Rondon, 2578, no bairro Liberdade, Setor 03, CEP 76.890-000, em Jaru, Rondônia.*

Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93, referente a recurso administrativo interposto pela empresa MOREIRA ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI (Id. Sei! 0044192528).

Através da Ata de Reunião para Análise e Julgamento dos Documentos de Habilitação, referente à Tomada de Preços nº. 015/2023/CPLO/SUPEL/RO (Id. Sei! 0044052781), a Comissão Permanente de Licitações de Obras-CPLO inabilitou a recorrente nos seguintes termos:

[...]

A Comissão de licitação, por unanimidade de seus membros, decidiu **INABILITAR** as empresas: **MOREIRA ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI** por não comprovar quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional do serviço de "EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS COM GRADE DE AÇO", descumprindo assim, parcialmente, o item 16.4, alínea "d" do Edital.

[...]

A recorrente, através de suas razões recursais (Id. Sei! 0044192528) valeu-se dos seguintes argumentos:

A diferença entre o quantitativo apresentado (32,57m²) e o requisitado (50,49m²) é relativamente pequena, representando uma variação de aproximadamente 17,92m². Ressaltamos que a empresa demonstrou capacidade técnica para executar 32,57m² de grade de aço, indicando, por analogia, sua aptidão para realizar trabalhos de maior escala como os 50,49m² requeridos.

[...]

A empresa atestou a capacidade técnica em quatro dos cinco serviços solicitados, demonstrando assim sua experiência e aptidão para a execução de variadas atividades relacionadas à Construção do muro, da guarita e da calçada do Quartel do 8º Batalhão de Polícia Militar de Jaru - RO.

Todavia, não assiste razão a recorrente.

Conforme muito bem pontuado pela Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL através da Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044602648), a Recorrente não comprovou o quantitativo mínimo previsto no item 16.4 "d" do Instrumento Convocatório, deixando de cumprir exigência editalícia imprescindível para a habilitação das licitantes.

Em leitura ao que dispõe o Item 16.4 do Edital (Id. Sei! 0043252448) verifica-se que as licitantes deveriam comprovar a *execução de estruturas com grade de aço em no mínimo 50,49m²*, veja-se:

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

SERVIÇOS REQUERIDOS (A)	UND.	Qtde
<u>EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS COM GRADE DE AÇO</u>	m ²	50,49
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO	m ²	105,69
EXECUÇÃO DE ALVENARIA	m ²	151,2
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE MADEIRA E/OU ESTRUTURA SIMILARES	m ²	143,27
EXECUÇÃO DE ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE CONCRETO ARMADO	kg	425,50

Em que pese a Recorrente discordar que apresentou o quantitativo de 32,57m² para a execução de estruturas com grade de aço, de acordo com o instrumento convocatório, este quantitativo não se mostra suficiente para comprovar a sua aptidão técnica.

É de sabença que o edital é a peça fundamental dentro do certame licitatório. Através deste instrumento são apresentadas as regras gerais de convocação, de condução do certame e da execução do contrato.

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, torna-se imprescindível a observância aos limites constantes do corpo do edital, descabendo a pretensão de que as normas fossem interpretadas extensivamente visando possibilitar a habilitação de qualquer licitante que não comprovou o quantitativo mínimo disposto no item 16.4 "d" do instrumento retro citado.

Assim, uma vez publicado o edital, não só o particular como a própria Administração submetem-se a ele. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA)

Desta feita, em concordância com a Ata de Reunião para Análise e Julgamento dos Documentos de Habilitação, referente à Tomada de Preços nº. 015/2023/CPLO/SUPEL/RO (Id. Sei! 0044052781) e a Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044602648), que elaborado em observância às razões recursais da empresa MOREIRA ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI (Id. Sei! 0044192528), apresentada no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Comissão de Licitação.

Isto posto, **DECIDO** conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** os recurso interposto pela empresa MOREIRA ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras-CPLO.

À Comissão Permanente de Licitações de Obras-CPLO para dar ciência à empresa e outras providências aplicáveis à espécie.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora Executiva

Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 22/12/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044662581** e o código CRC **7F217156**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0021.475774/2020-02

SEI nº 0044662581